



Informações Contábeis Intermediárias

Sequoia Logística e Transportes S.A.

30 de junho de 2026

com Relatório sobre a Revisão de Informações Contábeis Intermediárias

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2026

Índice

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias.....	3
Informações contábeis intermediárias	
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do passivo a descoberto.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sequoia Logística e Transportes S.A.
Barueri – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Sequoia Logística e Transportes S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026 que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.2 das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a qual indica que a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 2.505.905 mil, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de 252.680 mil e capital circulante líquido negativo de R\$ 176.625 mil na controladora e de 294.209 mil no consolidado, em 30 de junho de 2026. Nesse contexto, houve a homologação do pedido de recuperação extrajudicial e a formalização de transação tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), medidas que suportam o entendimento da Administração de que os pagamentos das obrigações reestruturadas ocorrerão conforme o planejado, e que a geração de caixa será suficiente para o cumprimento dessas obrigações no futuro previsível. Entretanto, caso o plano de negócios não alcance os resultados esperados após a reestruturação, poderão existir incertezas relevantes quanto à capacidade da Companhia e suas controladas de manterem suas operações no futuro previsível. Adicionalmente, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia não tem atingido índices financeiros, em especial no que se refere a dívida líquida dividido pelo EBITDA, que dão o direito aos credores de solicitar esclarecimentos e notificação para, de forma não automática, solicitar a antecipação do vencimento dessas obrigações, o que pode impactar a classificação das dívidas da Companhia e sua liquidez. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

As informações trimestrais anteriormente referidas incluem as Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2026.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.094	16.161	46.161	56.564
Contas a receber	5	1.875	9.700	85.384	84.577
Tributos a recuperar	6	198	12	4.123	3.073
Adiantamentos		789	647	2.967	2.659
Despesas antecipadas		543	1.242	1.534	2.971
Demais contas a receber		3.357	2.878	13.618	3.527
Total do ativo circulante		12.856	30.640	153.787	153.371
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	23	230.974	163.245	-	-
Depósitos judiciais		9.463	8.801	15.101	13.120
Demais contas a receber		5.522	5.937	5.522	5.937
Tributos a recuperar	6	-	-	-	852
Investimentos	7	213.495	269.736	-	-
Imobilizado	9	35.666	42.772	60.067	95.172
Intangível	10	14.819	18.620	427.843	448.744
Direito de uso	12	324	3.053	2.718	35.427
Total do ativo não circulante		510.263	512.164	511.251	599.252
Total do ativo		523.119	542.804	665.038	752.623

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante					
Fornecedores	13	11.121	20.404	24.227	42.875
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	80.858	50.026	130.988	115.272
Passivo de arrendamento	12	397	3.280	2.361	9.657
Obrigações tributárias	14	24.818	29.392	99.550	84.476
Parcelamentos fiscais	14.1	9.506	9.991	15.572	19.192
Impostos parcelados – PGFN	14.2	39.287	19.584	99.390	51.602
Obrigações trabalhistas	14.3	5.541	9.151	17.015	15.962
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.1	-	-	4.843	6.386
Outros passivos	16	17.353	15.591	54.050	50.931
Total do passivo circulante		188.881	157.419	447.996	396.353
Não circulante					
Fornecedores	13	93.969	87.295	94.108	87.295
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	204.082	203.150	204.082	203.669
Passivo de arrendamento	12	-	1.246	814	32.350
Parcelamentos fiscais	14.1	41.983	40.768	61.834	64.969
Impostos parcelados – PGFN	14.2	3.022	22.382	7.645	58.973
Obrigações trabalhistas	14.3	163	727	382	1.446
Partes relacionadas	23	199.910	180.876	-	98
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.1	-	-	10.126	11.373
Provisões para demandas judiciais	15	43.789	32.176	87.355	79.251
Outros passivos	16	-	-	3.376	81
Total do passivo não circulante		586.918	568.620	469.722	539.505
Total do passivo		775.799	726.039	917.718	935.858
Passivo a descoberto					
Capital social	17.1	1.997.511	1.430.860	1.997.511	1.430.860
Gastos com emissão de ações		(69.498)	(69.498)	(69.498)	(69.498)
Reserva de lucro	17.2	9.969	9.969	9.969	9.969
Ajuste de avaliação patrimonial		7.737	7.737	7.737	7.737
Instrumentos conversíveis em ações		307.506	859.265	307.506	859.265
Prejuízos acumulados		(2.505.905)	(2.421.568)	(2.505.905)	(2.421.568)
		(252.680)	(183.235)	(252.680)	(183.235)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		523.119	542.804	665.038	752.623

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora				Consolidado			
		01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	18	13.097	17.637	6.098	6.854	265.530	311.170	137.767	157.528
Custos dos serviços prestados	19	(9.794)	(35.126)	3.849	(16.455)	(230.918)	(291.263)	(112.392)	(143.599)
Lucro bruto		3.303	(17.489)	9.947	(9.601)	34.612	19.907	25.376	13.929
Despesas operacionais:									
Despesas comerciais, administrativas e gerais	19	(34.742)	40.688	(15.147)	(28.170)	(97.871)	(80.009)	(41.112)	(82.775)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	7.819	13.955	7.658	(5.451)	30.738	114.014	29.603	7.382
Resultado de equivalência patrimonial	7	(56.364)	24.494	(24.372)	(19.600)	-	(416)	-	(240)
		(83.287)	79.137	(31.861)	(53.221)	(67.133)	33.589	(11.509)	(75.633)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(79.984)	61.648	(21.914)	(62.822)	(32.521)	53.496	13.867	(61.704)
Despesas financeiras		(8.928)	(78.475)	-	(43.764)	(58.091)	(111.832)	(22.452)	(66.687)
Receitas financeiras		1.114	68.683	14.689	143	2.108	73.836	1.360	7.638
	21	(7.814)	(9.792)	14.689	(43.621)	(55.983)	(37.996)	(21.092)	(59.049)
Resultado antes do imposto de renda e a contribuição social		(87.798)	51.856	(7.225)	(106.443)	(88.504)	15.500	(7.225)	(120.753)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	22	3.461	(90.506)	-	-	4.167	(35.738)	-	-
Prejuízo do período		(84.337)	(38.650)	(7.225)	(106.443)	(84.337)	(20.238)	(7.225)	(120.753)
Atribuídos aos:									
Acionistas controladores		(84.337)	(38.650)	(7.225)	(106.443)	(84.337)	(38.650)	(7.225)	(106.443)
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	18.412	-	(14.310)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)									
Prejuízo básico por ação	17.5	(0,0132)	(7,6824)	(0,0011)	(2,1157)				
Prejuízo diluído por ação	17.5	(0,0132)	(7,6824)	(0,0011)	(2,1157)				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Prejuízo do período	(84.337)	(38.650)	(7.225)	(106.443)	(84.337)	(20.238)	(7.225)	(120.753)
Plano baseado em ações	3.371	450	3.371	225	3.371	450	3.371	225
Ajuste de avaliação patrimonial - incorporação	-	7.737	-	7.737	-	13.456	-	13.456
Resultado abrangente	(80.966)	(30.463)	(3.854)	(98.481)	(80.966)	(6.332)	(3.854)	(107.072)
Atribuídos aos:								
Acionistas controladores	(80.966)	(30.463)	(3.854)	(98.481)	(80.966)	(30.463)	(3.854)	(98.481)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	24.131	-	(8.591)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

			Reservas de capital		Reserva de lucros		Instrumentos convertíveis em ações	Total Controladora	Total Consolidado
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados			
Saldos em 1º de janeiro de 2026	1.430.860	(69.498)	-	7.737	9.969	(2.421.568)	859.265	(183.235)	(183.235)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(84.337)	-	(84.337)	(84.337)
Plano de pagamento com base em ações	-	-	3.960	-	-	-	-	3.960	3.960
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	8.556	-	(3.371)	-	-	-	-	5.185	5.185
Integralização/Atualização de debêntures convertíveis	-	-	-	-	-	-	5.747	5.747	5.747
Conversão de debêntures em capital	558.095	-	-	-	-	-	(558.095)	-	-
Conversão de debêntures em capital - Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026	1.997.511	(69.498)	589	7.737	9.969	(2.505.905)	306.917	(252.680)	(252.680)

			Reservas de capital		Reserva de lucros		Instrumentos convertíveis em ações	Total	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados				
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.002.385	(69.498)	9.539	-	9.969	(2.065.678)	354.909	(758.374)	(166.187)	(924.561)
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	(38.650)	-	(38.650)	18.412	(20.238)
Plano de pagamento com base em ações	-	-	450	-	-	-	-	450	-	450
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	7.737	-	-	-	7.737	5.719	13.456
Aumento de capital	59.478	-	(787)	-	-	-	-	58.691	-	58.691
Integralização/Atualização de debêntures convertíveis	-	-	-	-	-	-	2.166	2.166	-	2.166
Conversão de debêntures em capital	15.583	-	-	-	-	-	(15.583)	-	-	-
Conversão de debêntures em capital - Empréstimos	135.768	-	-	-	-	-	-	135.768	-	135.768
Saldos em 30 de junho de 2025	1.213.214	(69.498)	9.202	7.737	9.969	(2.104.328)	341.492	(592.212)	(142.056)	(734.268)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(87.798)	51.856	(88.504)	15.500
Ajustes para conciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social a itens que não afetam o caixa	120.887	(92.331)	59.808	(111.794)
Depreciação e amortização	11.945	19.022	36.990	31.949
Resultado de equivalência patrimonial	56.364	(24.494)	-	416
Juros provisionados	32.684	66.859	34.827	69.213
Ganho ou perda na venda de ativo imobilizado	-	-	(19.038)	-
Baixa de imobilizado, intangível e direito de uso	2.143	(17.686)	160	1.531
Baixa de contas a receber	16.464	20.224	19.645	55.942
Ganho na baixa de fornecedores com pagamento em ações	(5.171)	-	(5.171)	-
Baixa de passivo de arrendamento	(4.077)	-	(2.092)	-
Haircut de fornecedores - RE	-	(87.841)	-	(87.841)
Plano de pagamento baseado em ações	3.371	-	3.371	-
AVP de fornecedores - RE	5.927	(65.754)	5.927	(65.754)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	11.613	3.689	8.104	(126.590)
Provisão (reversão) para expectativa de créditos de liquidação duvidosa	(12.359)	168	(25.805)	16.128
Provisão (reversão) de clientes a faturar	1.039	-	(531)	-
Custo de transação	944	(6.518)	3.421	(6.788)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social ajustado por itens que não afetam caixa	33.089	(40.475)	(28.696)	(96.294)
Variações nos ativos e passivos operacionais	(47.001)	32.221	12.608	77.877
Contas a receber	2.681	8.363	5.884	(28.747)
Adiantamentos e despesas antecipadas	557	1.365	1.129	2.262
Tributos a recuperar	(186)	(273)	(198)	2.551
Partes relacionadas	(48.695)	27.873	(98)	88
Fornecedores	1.231	9.865	(7.995)	36.223
Obrigações trabalhistas e tributárias	(8.748)	(28.077)	15.063	(42.815)
Depósito judicial	(662)	(5.344)	(1.981)	(6.922)
Parcelamentos fiscais e PGFN	4.534	-	(6.128)	-
Outros ativos e passivos operacionais	2.287	18.449	6.932	115.237
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(13.912)	(8.254)	(16.088)	(18.417)
Atividades de investimento				
Acréscimo de imobilizado e intangível	-	-	(92)	(260)
Investimentos - outros	(575)	-	-	-
Venda de ativo imobilizado	-	-	28.162	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	239	(2.790)	(1.279)
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(575)	239	25.280	(1.539)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.000	443	12.980	12.607
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	(816)	-	(24.527)	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	(180)	(3.517)	(3.770)	(3.517)
Aumento de capital	589	-	589	-
Amortização de arrendamentos	(173)	(502)	(4.867)	(5.762)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	4.420	(3.576)	(19.595)	3.328
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(10.067)	(11.591)	(10.403)	(16.628)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.161	13.075	56.564	21.853
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.094	1.484	46.161	5.225
	(10.067)	(11.591)	(10.403)	(16.628)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas	19.265	171.587	333.096	697.210
Receita de prestação de serviço	14.985	20.473	303.794	355.115
Provisão para perdas de crédito esperadas	(6.140)	(162)	(12.978)	(16.274)
Outras receitas operacionais	10.420	151.276	42.280	358.369
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e COFINS)	(20.226)	(35.488)	(246.688)	(350.510)
Custos dos serviços prestados	(5.224)	(17.047)	(210.742)	(270.419)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(15.002)	(18.441)	(35.946)	(80.091)
Valor adicionado bruto	(961)	136.099	86.408	346.700
Retenções	(11.945)	(19.022)	(37.265)	(62.399)
Depreciação e amortização e baixas	(11.945)	(19.022)	(37.265)	(62.399)
Valor adicionado líquido produzido	(12.906)	117.077	49.143	284.301
Valor adicionado recebido em transferência	(55.250)	93.177	2.108	73.420
Resultado de equivalência patrimonial	(56.364)	24.494	-	(416)
Receitas financeiras	1.114	68.683	2.108	73.836
Valor adicionado total a distribuir	(68.156)	210.254	51.251	357.721
Distribuição do valor adicionado	68.156	(210.254)	(51.251)	(357.721)
Pessoal e encargos	(6.137)	(20.811)	(41.237)	(28.067)
Remuneração direta	(4.492)	(13.288)	(32.117)	(19.917)
Benefícios	(955)	(4.800)	(7.243)	(5.427)
F.G.T.S.	(690)	(2.723)	(1.877)	(2.723)
Impostos e taxas e contribuições	1.509	(95.500)	(20.843)	(81.818)
Federais	1.904	(94.686)	(10.643)	(80.615)
Estaduais	(93)	(455)	(2.013)	(837)
Municipais	(302)	(359)	(8.187)	(366)
Juros e aluguéis	(11.553)	(132.593)	(73.508)	(268.074)
Remuneração de capitais próprios	84.337	38.650	84.337	20.238
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	(18.412)
Prejuízos apurados	84.337	38.650	84.337	38.650

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Informações sobre a Companhia

A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou "Sequoia") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3", e tem sede localizada na Alameda Rio Negro, 500, 6º andar, sala 601, Bairro Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de intermediação e logística. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes.

A partir de 30 de janeiro de 2026, nos termos do fato relevante divulgado em 6 de fevereiro de 2026, o controle da Companhia passou a ser exercido por fundos de investimento sob a gestão comum da Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A. ("JiveMauá"), conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de agosto de 2026.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão definidas e apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025. No trimestre findo em 30 de junho de 2026, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas que possam ter impacto material sobre estas informações financeiras intermediárias.

2.1 Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, compreendem as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações financeiras. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2025, não foram repetidas integralmente nestas informações intermediárias.

Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o melhor entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias, nesse caso, têm como objetivo prover as informações trimestrais com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As informações contábeis intermediárias aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Não houve mudanças de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pelo CPC 21 – Demonstração Intermediária, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2 Declaração de continuidade

A Companhia apresentou um prejuízo acumulado de R\$ 2.505.905 em 30 de junho de 2026 e, naquela data, o passivo circulante da controladora e consolidado excedia o ativo circulante em R\$ 176.025 e R\$ 294.209, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia apresentava um passivo a descoberto de R\$ 252.680, fatores que podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A Companhia estruturou um plano e está aplicando ações visando a redução dos prejuízos apresentados, atuando junto aos credores financeiros e não financeiros visando a adequação das condições de pagamento, obtendo os seguintes resultados até 30 de junho de 2026 e em período subsequente à apresentação dessas demonstrações contábeis:

- i) Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano de RE") da Sequoia e da Transportadora Americana;
- ii) Transação individual das dívidas de tributos federais junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, apresentando saldo devedor no montante de R\$ 107.035; e
- iii) Emissão de debêntures para aporte de capital e desalavancagem de dívidas.

A seguir detalhamos os itens acima:

- i) Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano de RE") da Sequoia e da Transportadora Americana

A Sequoia e a Transportadora Americana pediram a homologação de um plano de recuperação extrajudicial perante o Juízo 1ª Vara Regional de Competência Empresarial de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ, processo autuado sob o nº 1003015 19.2024.8.26.0260.

O Plano contou com aprovação de aproximadamente 54% dos credores sujeitos, abrangendo todos os créditos não-financeiros existentes na data do pedido em 11 de outubro de 2024, nos termos do art. 161, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais totalizavam R\$ 311.279.

Em 19 de março de 2025, a juíza homologou o plano de recuperação extrajudicial e o montante total, após ajustes de valores, atingiu R\$ 328.743.

O Plano previu as seguintes formas de pagamento:

- Opção 1: Deságio: não há. Carência: não há. Pagamento: Conversão integral em ações da Sequoia (SEQL3), com preço de exercício de R\$ 8,00. Limite: o aumento de capital para subscrição com dívida foi limitado a R\$ 110.000 em créditos optantes. As ações foram entregues em maio de 2025.
- Opção 2: Deságio: não há. Carência: 60 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Limite: não há. Condição de taxa: IPCA.
- Opção 3: Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Carência: 12 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Limite: o pagamento desta opção foi limitado a R\$ 10.000 em créditos optantes. Condição de taxa: IPCA.
- Opção 4: Deságio: 50% sobre o saldo devedor. Pagamento: (i) em dinheiro à vista de 2/5 do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 120 dias corridos a contar da homologação judicial, ou 31 de janeiro de 2025, o que ocorrer primeiro; e (ii) pagamento em dinheiro de 3/5 do saldo devedor após o deságio, em 15 prestações mensais e consecutivas, com início 30 dias corridos após o pagamento em dinheiro à vista do item (i). Condição de taxa: as parcelas do item (ii) serão corrigidos pelo IPCA. Limite: o pagamento desta opção foi limitado a R\$ 64.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores se enquadraram na definição de Credor Fornecedor Colaborador. R\$ 62.080 optaram e já foram pagos até.

- Opção 5: Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Pagamento: em dinheiro à vista do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 30 dias corridos a contar da homologação judicial. Limite: o pagamento desta opção foi limitado a R\$ 17.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores se enquadraram na definição de Credor Fornecedor Colaborador. R\$ 17.000 se enquadraram e R\$ 5.100 foram pagos em abril de 2025.

ii) Transação individual das dívidas de tributos federais junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Em 20 de abril de 2026, a Companhia assinou junto a PGFN o acordo com uma redução total de 82% do passivo tributário, passando o referido passivo de aproximadamente R\$ 631.700 para R\$ 112.481, (valores de abril de 2026). Em 28 de maio de 2026 ocorreu o pagamento a 1ª parcela no valor total de R\$ 5.616. Vide detalhes na nota explicativa 26.

iii) Emissão de debêntures para aporte de capital e desalavancagem de dívidas (Reestruturação de dívidas e captações)

Como parte do processo de reestruturação financeira, o Conselho de Administração aprovou em 22 de março de 2024 a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6ª emissão), no montante de até R\$ 470.000, em 2 séries, uma integralizada em moeda corrente e outra série integralizada utilizando créditos detidos anteriormente remanescente da 4ª emissão de debêntures. Durante o exercício de 2024, houve a integralização de R\$ 86.162 em moeda corrente e a integralização de R\$ 341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores.

Adicionalmente, a Companhia concluiu uma negociação com os bancos credores dos empréstimos de capital de giro que não aderiram à conversão da 6ª emissão de debêntures, repactuando os termos e condições dos contratos vigentes, de forma a alongar o prazo de pagamento, que terá início com o pagamento de juros em 2027 e amortização do principal entre 2029 e 2031.

Entre 26 de agosto de 2025 e 23 de outubro de 2025, a Companhia anunciou a 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures, não conversíveis, com valor de R\$ 45.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento entre 30 de junho de 2027 e 30 de setembro de 2027.

Adicionalmente, como passo fundamental para manter a liquidez da Companhia, foi anunciada a 13ª emissão de debêntures com valor mínimo de R\$ 250.000 e máximo de R\$ 640.000. A emissão foi feita de forma parcial no montante de R\$ 421.937 em debêntures obrigatoriamente conversíveis, sob a forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento em 26 de fevereiro de 2026. Esse montante foi aportado através de recursos em espécie no montante de R\$ 45.483, de créditos com terceiros e partes relacionadas no montante de R\$ 214.781, sendo que, o valor remanescente foi proveniente da conversão de debêntures da 4ª e 6ª emissões, o que gerou uma redução significativa no endividamento da Companhia.

Considerando o Plano de Negócios do Grupo, a Diretoria entende que os pagamentos de suas obrigações reestruturadas no contexto da recuperação extrajudicial e da transação com a PGFN ocorrerão conforme o planejado e que a geração de caixa será suficiente para atender às obrigações no futuro previsível. Caso, entretanto, o plano de negócios não alcance os resultados esperados após a reestruturação no contexto da Recuperação Extrajudicial e da transação com a PGFN, incertezas relevantes estarão presentes quanto à capacidade da Companhia de manter sua operação no futuro previsível. As informações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas foram elaboradas considerando o pressuposto de continuidade operacional. Vide detalhamento das novas emissões ocorridas na nota explicativa 11.

2.3 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações adotados

Não foram emitidas ou alteradas normas ou interpretações que ainda não estejam vigentes que possam, na opinião da Companhia, quando da sua adoção, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$ 000), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.5 Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Participação direta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			30/06/2026	31/12/2025
Transportadora Americana Ltda. ("Transportadora Americana")	(a) Logística e transporte	Brasil	100%	100%

(a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020. Em 31 de outubro de 2025, houve a aquisição dos 42,5% das ações do acionista minoritário da Transportadora Americana, pertencentes a empresa Fulcrum Participações S.A. Ato contínuo, a Companhia efetuou a sua incorporação da referida empresa.

Participação indireta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			30/06/2026	31/12/2025
ILGJ Logística e Transporte Ltda.	(b) Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Carriers Logística e Transporte Ltda.	(b) Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Flash Courier Ltda.	(b) Serviços	Brasil	100%	100%

(b) Empresa adquirida em 28 de março de 2024.

2.6 Resultado por ação

Em 17 de novembro de 2025, foi aprovado o grupamento de ações na razão de 10 ações para 1 e, por isso, estamos apresentando o efeito decorrente desse grupamento no período findo em 30 de junho de 2025:

	Prejuízo básico		Prejuízo diluído	
	Apresentado Atualmente	Originalmente apresentado	Apresentado Atualmente	Originalmente apresentado
Prejuízo do exercício	(38.650)	(38.650)	(38.650)	(38.650)
Quantidade média ponderada de ações em circulação – em milhares	5.031	50.311	5.031	50.311
Prejuízo básico por ação – em R\$	(7,6824)	(0,7687)	(7,6824)	(0,7687)

3. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas informações contábeis intermediárias por categoria, bem como os respectivos valores justos, podem ser assim apresentados:

Controladora					
	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Saldos em 30 de junho de 2026					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	6.094	-	6.094	6.094
Contas a receber	Nível 2	-	1.875	1.875	1.875
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Nível 2	-	(105.090)	(105.090)	(105.090)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(284.940)	(284.940)	(237.415)
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	(397)	(397)	(397)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(51.489)	(51.489)	(51.489)
Impostos parcelados – PGFN	Nível 2	-	(42.309)	(42.309)	(42.309)
Consolidado					
	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Saldos em 30 de junho de 2026					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	46.161	-	46.161	46.161
Contas a receber	Nível 2	-	85.384	85.384	85.384
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Nível 2	-	(118.335)	(118.335)	(118.335)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(335.070)	(335.070)	(277.833)
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	(3.175)	(3.175)	(3.175)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(77.406)	(77.406)	(77.406)
Impostos parcelados – PGFN	Nível 2	-	(107.035)	(107.035)	(107.035)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(14.969)	(14.969)	(14.969)

Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A operação da Companhia e de suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento.

Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	284.940	253.177	335.070	318.941
Contas a pagar por aquisição de investimentos	-	-	14.969	17.759
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.094)	(16.161)	(46.161)	(56.564)
Dívida líquida	278.846	237.016	303.878	280.136
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(252.680)	(183.235)	(252.680)	(183.235)
Patrimônio líquido e dívida líquida	531.526	420.251	556.558	463.371

Valorização dos instrumentos financeiros

A mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde apenas às características do Nível 2:

Caixa e equivalentes de caixa – os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores, passivo de arrendamento, parcelamento de impostos, impostos parcelados – PGFN e contas a pagar por aquisição de investimentos – os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo.

Contas a receber – estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes:

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B – cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	30/06/2026	Consolidado		
			Ganhos e/ou (perdas)		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos, financiamentos e debêntures indexados ao CDI	Aumento do CDI	(335.250)	2.498	12.488	24.976
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	(14.969)	112	558	1.115
Aplicações financeiras restritas indexadas ao CDI	Queda do CDI	28.134	(200)	(838)	(1.397)
	CDI (aumento) ¹	14,90%	15,65%	18,63%	22,35%
	CDI (queda) ¹	14,90%	14,19%	11,92%	9,93%

1) CDI divulgado pela CETIP.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos conta movimento	5.710	15.747	18.027	35.269
Aplicações financeiras em CDB	384	414	28.134	21.295
	6.094	16.161	46.161	56.564

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento inferior a 90 dias, não sujeitos a risco de mudança de taxas de juros ou inflação, e não há restrições ao uso dos recursos apresentados.

5. Contas a receber

A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Cientes nacionais	7.849	26.994	55.511	81.040
Cientes a faturar (a)	2.101	3.140	47.336	46.805
	9.950	30.134	102.847	127.845
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(8.075)	(20.434)	(17.463)	(43.268)
	1.875	9.700	85.384	84.577

(a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência.

A idade do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	-	5.522	74.136	71.125
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	1.057	1.242	4.926	5.673
Vencidos de 31 a 90 dias	1.115	2.055	5.298	5.777
Vencido de 91 a 180 dias	164	1.997	2.727	6.479
Vencido de 181 a 365 dias	148	8.395	5.216	10.223
Vencidos há mais de 365 dias	7.466	10.923	10.544	28.568
Subtotal – vencidos	9.950	24.612	28.711	56.720
Recebidos a identificar				
	9.950	30.134	102.847	127.845

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2026	(20.434)	(43.268)
(Provisão)/ reversão	12.359	25.805
Saldo em 30 de junho de 2026	(8.075)	(17.463)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(13.853)	(27.511)
Provisão	(168)	(16.128)
Saldo em 30 de junho de 2025	(14.021)	(43.639)

6. Tributos a recuperar

A composição do saldo dos tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
PIS e COFINS (a)	186	-	1.273	1.151
Impostos retidos	12	12	109	16
ICMS (b)	-	-	775	2.197
IRPJ e CSLL – antecipação	-	-	1.964	561
Outros	-	-	2	-
	198	12	4.123	3.925
Circulante	198	12	4.123	3.073
Não circulante	-	-	-	852

- (a) Refere-se a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.
(b) Referente ao crédito de ICMS proveniente da aquisição de controlada.

7. Investimentos

A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Investimentos em controladas	213.495	269.736
	213.495	269.736

7.1 Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada

A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora		
	Transportadora		Total
	Americana		
Saldos em 1º de janeiro de 2026	269.736		269.736
Resultado de equivalência patrimonial	(56.364)		(56.364)
Outros	123		123
Saldos em 30 de junho de 2026	213.495		213.495

	Controladora		
	Transportadora	Drops	Total
	Americana		
Saldos em 1º de janeiro de 2025	432.430	8.866	441.296
Resultado de equivalência patrimonial	24.910	(416)	24.494
Realização de mais valia de ativos	(4.754)	-	(4.754)
Ajuste de avaliação patrimonial	7.737	-	7.737
Saldos em 30 de junho de 2025	460.323	8.450	468.773
Controladas	460.323	-	460.323
Controlada em conjunto	-	8.450	8.450
Investimento	460.323	8.450	468.773

As principais informações financeiras das controladas podem ser assim apresentadas:

30 de junho de 2026					
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	519.517	306.353	213.164	532	(56.363)

30 de junho de 2025					
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	629.480	(314.769)	(314.711)	4.619	43.322

As principais informações da controlada em conjunto e coligada podem ser assim apresentadas:

30 de junho de 2025							
Investida	% de participação	% de capital votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Drops	51%	51%	7.748	(1.757)	(5.991)	1.497	(900)

8. Contas a pagar por aquisição de investimentos a Ativos de indenização na aquisição de empresas

8.1 Contas a pagar por aquisição de investimentos

O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis.

A composição pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Plimor	14.854	15.813
Rodoe	115	115
Prime	-	1.831
	14.969	17.759
Circulante	4.843	6.386
Não circulante	10.126	11.373

9. Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

	Controladora							
	Veículos e Caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras imobilizações	Total
<i>Custo:</i>								
Em 1º de janeiro de 2026	27.935	8.595	46.705	22.935	23.854	23.736	3.126	156.886
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(35)	-	(27)	-	(2.389)	-	-	(2.451)
Em 30 de junho de 2026	27.900	8.595	46.678	22.935	21.465	23.736	3.126	154.435
Em 1º de janeiro de 2025	28.308	8.625	47.881	22.976	25.225	23.790	6.873	163.678
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(281)	(30)	(1.176)	(41)	(118)	(54)	(8)	(1.708)
Em 30 de junho de 2025	28.027	8.595	46.705	22.935	25.107	23.736	6.865	161.970
<i>Depreciação:</i>								
Em 1º de janeiro de 2026	(27.745)	(7.748)	(24.043)	(12.749)	(20.427)	(18.664)	(2.738)	(114.114)
Depreciação	(159)	(209)	(2.683)	(1.720)	(1.013)	(972)	(105)	(6.861)
Baixas	35	-	20	-	2.151	-	-	2.206
Em 30 de junho de 2026	(27.869)	(7.957)	(26.706)	(14.469)	(19.289)	(19.636)	(2.843)	(118.769)
Em 1º de janeiro de 2025	(27.451)	(7.329)	(19.070)	(9.223)	(18.853)	(16.769)	(3.945)	(102.640)
Depreciação	(402)	(213)	(2.756)	(1.815)	(1.576)	(1.051)	(529)	(8.342)
Baixas	286	7	471	39	117	129	5	1.054
Em 30 de junho de 2025	(27.567)	(7.535)	(21.355)	(10.999)	(20.312)	(17.691)	(4.469)	(109.928)
<i>Valor residual líquido:</i>								
Em 30 de junho de 2026	31	638	19.972	8.466	2.176	4.100	283	35.666
Em 30 de junho de 2025	460	1.060	25.350	11.936	4.795	6.045	2.396	52.042

	Consolidado								
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras imobilizações	Total
<i>Custo:</i>									
Em 1º de janeiro de 2026	130.898	10.774	117.350	29.578	46.884	32.236	3.791	42.441	413.952
Adições	-	-	-	9	74	9	-	-	92
Baixas	(1.371)	(589)	(29.309)	(764)	(2.652)	(1.587)	-	(428)	(36.700)
Em 30 de junho de 2026	129.527	10.185	88.041	28.823	44.306	30.658	3.791	42.013	377.344
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2025	134.031	10.804	118.491	29.610	48.243	32.238	3.791	48.673	425.881
Adições	15	-	35	3	155	52	-	-	260
Baixas	(2.292)	(30)	(1.176)	(41)	(154)	(54)	-	(1.298)	(5.045)
Em 30 de junho de 2025	131.754	10.774	117.350	29.572	48.244	32.236	3.791	47.375	421.096
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2026	(117.135)	(9.197)	(61.344)	(17.666)	(41.591)	(23.423)	-	(48.424)	(318.780)
Adições	(888)	(280)	(5.769)	(1.878)	(1.331)	(1.368)	-	(124)	(11.638)
Baixas	1.372	279	8.037	358	2.377	718	-	-	13.141
Em 30 de junho de 2026	(116.651)	(9.198)	(59.076)	(19.186)	(40.545)	(24.073)	-	(48.548)	(317.277)
Em 1º de janeiro de 2025	(117.121)	(8.635)	(48.591)	(13.797)	(39.138)	(20.976)	-	(49.589)	(297.847)
Adições	(1.290)	(286)	(6.702)	(1.991)	(2.167)	(1.351)	-	(551)	(14.338)
Baixas	1.830	7	471	39	153	129	-	5	2.634
Em 30 de junho de 2025	(116.581)	(8.914)	(54.822)	(15.749)	(41.152)	(22.198)	-	(50.135)	(309.551)
<i>Valor residual líquido:</i>									
Em 30 de junho de 2026	12.876	987	28.965	9.637	3.761	6.585	3.791	(6.535)	60.067
Em 30 de junho de 2025	15.173	1.860	62.528	13.823	7.092	10.038	3.791	(2.760)	111.545

A Administração não identificou indicadores de *impairment* no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

10. Intangível

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora					
	Software e outros	Ágio	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2026	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Adições	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2026	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Em 1º de janeiro de 2025	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
Adições	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2025	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2026	(35.904)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(82.577)
Amortização	(3.801)	-	-	-	-	(3.801)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2026	(39.705)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(86.378)
Em 1º de janeiro de 2025	(27.869)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(74.542)
Amortização	(4.562)	-	-	-	-	(4.562)
Baixa	561	-	-	-	-	561
Em 30 de junho de 2025	(31.870)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(78.543)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 30 de junho de 2026	14.819	-	-	-	-	14.819
Em 30 de junho de 2025	22.654	-	-	-	-	22.654

	Consolidado					
	Software e outros	Ágio	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2026	88.230	274.442	378.148	43.388	6.452	790.660
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2026	88.230	274.442	378.148	43.388	6.452	790.660
Em 1º de janeiro de 2025	93.287	274.442	378.148	43.388	6.452	795.717
Adições	-	-	-	-	-	-
Baixas	(4.332)	-	-	-	-	(4.332)
Em 30 de junho de 2025	88.955	274.442	378.148	43.388	6.452	791.385
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2026	(64.067)	-	(235.914)	(35.483)	(6.452)	(341.916)
Adição	(3.909)	-	(15.078)	(1.914)	-	(20.901)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2026	(67.976)	-	(250.992)	(37.397)	(6.452)	(362.817)
Em 1º de janeiro de 2025	(54.294)	-	(193.710)	(29.150)	(6.452)	(283.606)
Adição	(5.692)	-	(21.102)	(3.166)	-	(29.960)
Baixa	561	-	-	-	-	561
Em 30 de junho de 2025	(59.425)	-	(214.812)	(32.316)	(6.452)	(313.005)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 30 de junho de 2026	20.254	274.442	127.156	5.991	-	427.843
Em 30 de junho de 2025	29.530	274.442	163.336	11.072	-	478.380

A Administração não identificou indicadores de *impairment* no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	% - Taxa ao ano	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Capital de giro (a)	Entre 100% CDI + 2,0 a.a. até Pré de 33,70% a.a.	De 20/05/25 até 21/05/32	157.183	141.854	198.287	201.723
Debêntures (a)	Entre 100% CDI até Pré de 7,64% a.a.	De 27/02/26 até 20/11/29	116.684	101.903	116.684	101.903
Debêntures conversíveis (b)	Entre 12,68% a.a. até 100% do CDI de 4,5% a.a.	De 31/12/25 até 31/12/27	11.073	10.363	11.073	10.363
Antecipação de recebíveis	De 1,21% a 3,37% a.m.		-	-	9.026	8.373
			284.940	254.120	335.070	322.362
Custos de transação			-	(944)	-	(3.421)
			284.940	253.176	335.070	318.941
Circulante			80.858	50.026	130.988	115.272
Não circulante			204.082	203.150	204.082	203.669

- (a) Na composição dos saldos de debêntures existe um saldo referente a parte relacionada JiveMauá referente a 5ª, 9ª, 10ª, 11ª, e 12ª emissões no montante total de R\$ 57.942. Adicionalmente, há um montante de R\$ 19.798 no capital de giro referente a dívida da controlada ILGJ com a JiveMauá, conforme apresentado na nota explicativa 23.
- (b) Conforme Norma contábil CPC 39 – Instrumentos financeiros as debêntures conversíveis estão classificadas como instrumentos de dívida pelas características especificadas dos instrumentos emitidos na 7ª (2ª série) emissão, as quais, determinam que, apesar de terem sua conversibilidade obrigatória em instrumentos patrimoniais devem ser apresentadas como instrumentos de dívida até sua conversão, mesmo que não haja previsibilidade de conversão em caixa. A Administração vem cumprindo todos as condições precedentes, desta debênture, ou obtendo “waivers”, e considera remota a conversibilidade por caixa.

A movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	254.120	810.932
Pagamento de principal	(816)	(8.036)
Juros pagos	(180)	(4.629)
Juros provisionados	26.816	109.212
Novas captações	5.000	45.443
Conversão em debêntures em capital (a)	-	(343.325)
Conversão de debêntures em instrumentos patrimoniais	-	(355.477)
Saldo em 30 de junho e 31 de dezembro	284.940	254.120

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	322.362	911.881
Pagamento de principal	(24.527)	(18.568)
Juros pagos	(3.770)	(7.607)
Juros provisionados	28.025	118.663
Novas captações	12.327	103.093
Conversão de debêntures em capital (a)	-	(343.325)
Conversão de debêntures em instrumentos patrimoniais	-	(450.148)
Adiantamento de recebíveis	653	8.373
Saldo em 30 de junho e 31 de dezembro	335.070	322.362

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	Controladora	Consolidado
Cessão fiduciária de direitos creditórios	157.183	198.467
Garantia fidejussória prestadas pelas controladas	116.684	116.684

A movimentação dos custos de transação pode ser assim apresentada:

A movimentação dos custos de transação pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	(944)	(9.805)
Juros provisionados	944	8.861
Saldo em 30 de junho e 31 de dezembro	-	(944)

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	(3.421)	(10.753)
Juros provisionados	3.421	9.779
Novas captações	-	(2.447)
Saldo em 30 de junho e 31 de dezembro	-	(3.421)

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação de Dívidas Bancárias e outras avenças com seus credores bancários, e na sequência, o Conselho de Administração, aprovou a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6º emissão), no montante de até R\$ 470.000. Em 21 de maio de 2024, houve a integralização de R\$ 341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores, bem como, a renegociação de prazo para pagamento dos créditos detidos pelos bancos que optaram por não participar dessa integralização.

Em 4 outubro de 2023, a Companhia realizou uma Assembleia Geral com a presença de mais de 90% dos debenturistas, em que foram repactuados os principais termos e condições da 3ª emissão e, na qual, estabeleceu-se a não aferição de *covenants* para índice financeiro até dezembro de 2025. A medição do Índice Financeiro voltará a ser mensurada a partir da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 dezembro de 2025. O contrato das Debêntures estabelece obrigações restritivas ("*Covenants*"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,5x ao final do exercício de 2025 em diante. Nesse sentido, a Administração da Companhia obteve juntos aos debenturistas o *waiver* na data de 12 de março de 2026, ou seja, previamente à divulgação das demonstrações financeiras anuais, conforme previsto nos instrumentos de emissão das referidas debêntures

Para reforço de caixa para rescisões e desmobilizações de centros de distribuição a Companhia contratou em 27 de setembro de 2024 uma Nota Comercial no valor de R\$ 20.000, a qual foi integralizada na 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com opção facultativa de conversão em *equity* ou amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2029.

No segundo trimestre de 2024, o grupo contratou capital de giro no montante total de R\$ 55.000, tendo essa operação a finalidade de pré-pagar empréstimos em montante equivalente. Os ex-acionistas da Move3 garantiram essa captação com 80% de "*cash collateral*". Em 2025, os ex-acionistas pré-pagaram essas dívidas, vide nota 23.

Em 26 de agosto de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 10.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento em 30 de setembro de 2027.

Em 9 de setembro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 10.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento em 30 de setembro de 2027.

Em 30 de setembro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 10.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento em 30 de setembro de 2027.

Durante o mês de outubro de 2025, foi aprovada a realização, pela Companhia, da sua 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 15.000. As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, com pagamento em 12 (doze) parcelas mensais, sendo o vencimento da primeira parcela em 30 de junho de 2026 e a última parcela vencendo em 30 de junho de 2027.

Durante 2026, foi concluída a 13ª emissão de debêntures com valor mínimo de R\$ 250.000 e máximo de R\$ 640.000. A emissão foi feita de forma parcial no montante de R\$ 421.937 em debêntures obrigatoriamente conversíveis, sob a forma nominativa e escritural, com prazo de vencimento em 26 de fevereiro de 2026. Esse montante foi aportado através de recursos em espécie no montante de R\$ 45.483, de créditos com terceiros e partes relacionadas no montante de R\$ 214.781, e o saldo remanescente foi proveniente da conversão de debêntures da 4ª e 6ª emissões, o que reduziu, significativamente, o endividamento da Companhia. Em 27 de fevereiro de 2026, as debêntures da 13ª emissão séries 1ª e 2ª foram totalmente integralizadas no capital da Companhia.

A Companhia não tem atingido índices financeiros, em especial no que se refere a dívida líquida dividido pelo EBITDA, que dão o direito aos credores de solicitar esclarecimentos e notificação para, de forma não automática, solicitar a antecipação do vencimento dessas obrigações, o que pode impactar a classificação das dívidas da Companhia e sua liquidez.

As obrigações contratuais das dívidas exigem que ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático, seja realizada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Até a data de emissão destas informações financeiras a Companhia não foi notificada sobre a antecipação de obrigações decorrentes das debêntures.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia entende que, na ausência de notificação, encontrava-se adimplente em relação a todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima bem como nos demais contratos, não havendo, portanto, naquela data, dívidas passíveis de vencimento antecipado, ou eliminou os *covenants* na integralização da 14ª emissão de debêntures. Vide nota explicativa 23.

12. Direito de uso e Passivo de arrendamento

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

Direito de uso

		Controladora				
Vida útil (anos)		31/12/2025	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2026
Imóveis	2 a 12	874	-	(769)	(105)	-
Veículos	5	2.179	-	(1.129)	(726)	324
		3.053	-	(1.898)	(831)	324

		Controladora				
Vida útil (anos)		31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2025
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	7.704	-	(3.668)	(2.952)	1.084
Caminhões	5	32.065	-	(25.993)	(3.166)	2.906
		39.769	-	(29.661)	(6.118)	3.990

		Consolidado				
Vida útil (anos)		31/12/2025	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2026
Imóveis	2 a 12	33.247	1.814	(28.943)	(3.725)	2.393
Veículos	5	2.180	-	(1.129)	(726)	325
		35.427	1.814	(30.072)	(4.451)	2.718

		Consolidado					
		Vida útil (anos)	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2025
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	49.554	-	(7.830)	(8.753)	32.971	
Caminhões	5	32.066	-	(25.993)	(3.166)	2.907	
		81.620	-	(33.823)	(11.919)	35.878	

Passivos de arrendamento:

A composição dos passivos de arrendamento pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Imóveis	-	1.018	2.777	38.499
Veículos	397	3.508	398	3.508
	397	4.526	3.175	42.007
Circulante	397	3.280	2.361	9.657
Não circulante	-	1.246	814	32.350

A movimentação do passivo de arrendamento pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	4.526	55.167
Fluxos de caixa	(173)	(1.084)
Juros provisionados	121	3.071
Novos arrendamentos	-	-
Baixas	(4.077)	(52.628)
Saldo em 30 de junho e 31 de dezembro	397	4.526

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo em 1º de janeiro	42.007	105.985
Pagamento de principal	(4.867)	(13.169)
Juros provisionados	1.055	7.410
Novos arrendamentos	1.815	4.614
Baixas	(36.835)	(62.833)
Saldo em 30 de junho e 31 de dezembro	3.175	42.007

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	11.698	14.977	24.993	37.448
Fornecedores – recuperação extrajudicial	93.392	92.722	93.342	92.722
	105.090	107.699	118.335	130.170
Circulante	11.121	20.404	24.227	42.875
Não circulante	93.969	87.295	94.108	87.295

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Impostos sobre a receita – ISS (a)	7.750	8.069	44.435	32.916
Impostos sobre a receita – ICMS (a)	16.338	20.673	47.655	47.295
Impostos federais sobre serviços de terceiros	680	650	1.295	3.894
PIS/COFINS	-	-	1.486	-
IRRJ e CSLL	-	-	1.350	-
Outros	50	-	3.329	371
	24.818	29.392	99.550	84.476

(a) Companhia possui equipes interna e externa negociando impostos Municipais e Estaduais para regularizar a situação fiscal em todas as esferas do poder público.

14.1 Parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Estadual	47.315	46.503	72.655	79.343
Municipal	4.174	4.256	4.751	4.818
	51.489	50.759	77.406	84.161
Circulante	9.506	9.991	15.572	19.192
Não circulante	41.983	40.768	61.834	64.969

14.2 Impostos parcelados - PGFN

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Transações com a PGFN	42.309	41.966	107.035	110.575
	42.309	41.966	107.035	110.575
Circulante	30.221	19.584	76.454	51.602
Não circulante	12.088	22.382	30.581	58.973

A Companhia recebeu e o seu Conselho de Administração aprovou a negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente à regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União e a serem direcionados da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, nos termos do programa de transação individual tributária federal, com concessão de descontos, uso de prejuízos fiscais e parcelamento do saldo remanescente. A transação resultou em um desconto de R\$ 292.316 (passivos em aberto e contingenciados) e a compensação de R\$ 226.680 do imposto diferido ativo, remanescendo R\$ 112.481 a pagar em 15 meses. Em 28 de maio de 2026 ocorreu o pagamento a 1ª parcela no valor total de R\$ 5.616.

Em 1º de junho de 2026, a Companhia celebrou Termo de Cessão de Crédito ("Termo de Cessão") com um fundo gerido pelo acionista controlador JiveMauá para a aquisição de um precatório federal no valor de R\$ 15.977.

Em 21 de Julho de 2026, a Companhia apresentou pedido à PGFN para que tal precatório fosse utilizado para compensar parcelas da transação individual celebrada em 20 de abril de 2026.

Este pedido está sendo analisado pela PGFN e a validade do Termo de Cessão está condicionada à aceitação do precatório pela PGFN. Caso seja aceito, o precatório deverá ser pago até fevereiro de 2028 com juros remuneratórios prefixados de 30% a.a.

14.3 Obrigações trabalhistas

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do período à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Salários a pagar	3.224	3.737	5.608	3.737
Acordos	1.809	3.870	2.707	6.337
Provisão para férias e 13º salário	522	1.889	7.507	6.576
Encargos sociais	149	382	1.575	758
	5.704	9.878	17.397	17.408
Circulante	5.541	9.151	17.015	15.962
Não circulante	163	727	382	1.446

15. Provisões para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Perdas prováveis	43.789	32.176	87.355	79.251
	43.789	32.176	87.355	79.251

A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O cálculo dos valores de contingência considera as decisões dos processos que podem ser procedentes, procedentes em parte ou improcedentes. Para as decisões desfavoráveis à Companhia, a classificação é de perda provável, com provisionamento de 100% do valor da condenação. Os processos ainda sem decisão são classificados como possíveis, e os processos com decisões favoráveis à Companhia são classificados como remotos.

A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2026	22.252	5.281	4.643	32.176
Complemento/(reversão) de provisão	11.772	(174)	15	11.613
Saldo em 30 de junho de 2026	34.024	5.107	4.658	43.789

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	18.406	6.029	27.139	51.574
Complemento/(reversão) de provisão	1.556	(160)	2.293	3.689
Saldo em 30 de junho de 2025	19.962	5.869	29.432	55.263

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2026	46.464	10.575	22.212	79.251
Complemento/(reversão) de provisão	9.680	(1.205)	(371)	8.104
Saldo em 30 de junho de 2026	56.144	9.370	21.841	87.355

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	39.738	14.309	248.325	302.372
Complemento/(reversão) de provisão	6.159	(2.747)	(130.002)	(126.590)
Saldo em 30 de junho de 2025	45.897	11.562	118.323	175.782

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em 997 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2026 (1.121 em 31 de dezembro de 2025) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos para refletir a melhor estimativa corrente.

Provisões cíveis

Os processos cíveis são movidos, em sua maioria, por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues, bem como por fornecedores que, de modo geral, alegam suposto inadimplemento contratual.

Provisões tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos.

15.1 Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhista	5.903	9.825	8.257	16.207
Cível	30.066	39.987	81.648	99.311
Tributária	21	47	8.696	30.452
	35.990	49.859	98.601	145.970

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Trabalhistas

Os pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício.

Cíveis

Os processos cíveis são movidos, em sua maioria, por: i) consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues; ii) fornecedores que, de modo geral, alegam suposto inadimplemento contratual; iii) agregados e motoristas que requereram o reconhecimento de vínculo empregatício que estão sendo demandados na esfera cível. Adicionalmente, há um processo movido por ex-franqueado que alega ter valores a receber a título de comissões; sendo a principal causa do aumento no trimestre.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a autos de infração de ICMS em discussão na esfera administrativa estadual, a execuções fiscais de ICMS e de ISS e a multa isolada exigida pela Receita Federal do Brasil. Não integram esta rubrica os débitos tributários declarados e não pagos, ainda que objeto de execução fiscal, os quais são registrados em obrigações tributárias, vide nota explicativa 14.

16. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para custos e despesas (a)	13.516	11.823	27.504	25.365
Adiantamentos diversos	-	-	22.792	18.333
Provisão para partes relacionadas	2.675	2.675	2.711	2.711
Contas a pagar	-	-	2.033	2.032
Outros	1.162	1.093	2.386	2.571
	17.353	15.591	57.426	51.012
Circulante	17.353	15.591	54.050	50.931
Não circulante	-	-	3.376	81

- (a) Trata-se de provisões de serviços e fornecedores que foram mensuradas conforme a melhor estimativa apurada pela Administração, devido ao não recebimento das respectivas notas fiscais e somente terão o valor aprovado após a conclusão da prestação dos serviços.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social da Companhia era de R\$ 1.997.511 (R\$ 1.430.860 em 31 de dezembro de 2025) composto por 6.370.488.672 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (11.984.556 em 31 de dezembro de 2025), totalmente integralizadas.

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	R\$	Ações
30 de janeiro de 2026 (a)	393.320	5.678.111.214
3 de fevereiro de 2026 (a)	122.745	697.414
23 de fevereiro de 2026 (a)	8.658	39.354
5 de março de 2026 (b)	60	1.000.000
5 de março de 2026 (a)	32.950	549.165.590
23 de março de 2026 (b)	60	1.000.000
25 de março de 2026 (a)	422	7.035.356
15 de abril de 2026 (b)	240	4.000.000
4 de maio de 2026 (b)	1.200	20.000.000
29 de maio de 2026 (b)	2.400	40.000.000
25 de junho de 2026 (c)	5.185	57.455.188
	567.240	6.358.504.116

- (a) O aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, se deu em atendimento às comunicações de conversão das 4^a, 6^a e 13^a emissões de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, conforme nota explicativa 17.4.
- (b) Com base no 2º plano de pagamento baseado em ações 2º programa, iniciado em fevereiro de 2026, foram entregues com forma de remuneração um total de 66.000.00 de ações aos participantes do plano o que o que acarretou um aumento de R\$ 3.960 no capital da Companhia.
- (c) Em cumprimento ao plano de reestruturação de dívidas, em 25 de junho de 2026, a Companhia aumentou o seu capital social e entregou 57.455.188 ações aos credores.

Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia divulgou uma comunicação ao mercado referente ao aumento de capital no montante de R\$ 393.320, com a emissão de 5.678.111.214 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, resultante da conversão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, da 13^a emissão da Companhia, das quais 5.668.877.238 de ações terão o preço de conversão de R\$ 0,06 (seis centavos), e 9.233.976 de ações terão o preço de conversão de R\$ 5,76 (cinco reais e setenta e seis centavos).

Nos termos do fato relevante divulgado em 6 de fevereiro de 2026, como resultado da 13^a Emissão de debêntures, o controle da Companhia passou a ser exercido por fundos de investimento sob a gestão comum da JiveMauá, tendo sido entregues a eles o total de 5.669.480.578 ações ordinárias como resultado da conversão das debêntures da 13^a emissão, de modo que tais fundos de investimento, considerados conjuntamente, passaram a deter ações representativas de 99,63%.

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 2.433.080 por deliberação do Conselho de Administração.

17.2 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 9.969 (R\$ 9.969 em 31 de dezembro de 2025) foi reconhecido como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76.

17.3 Plano de pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de setembro de 2020, foi aprovado o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2”), ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizadas a tomar as medidas necessárias para a implantação desse plano. Em 9 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 e as outorgas realizadas foram revogadas, haja visto que nenhuma outorga foi exercida, e novas outorgas foram concedidas visando substituir as outorgas revogadas.

Em 11 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 alterando o valor de exercício para R\$ 0,34 mediante pagamento de prêmio de R\$ 0,05.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do Plano 2 foi totalmente revertido para o resultado, pois todos os participantes que tinham direito de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, naquela data, não exerceram seus direitos de outorga.

Em 25 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou, no âmbito do Plano 2, a realização de novas outorgas de opções de compra de ações de emissão da Companhia (“Opções”). As outorgas foram realizadas observando-se o percentual do capital social da Companhia em base *fully diluted*, sendo que a quantidade final de ações ordinárias de emissão da Companhia objeto das Opções deverá ser apurada no momento do respectivo exercício, observados os prazos e os eventos societários aplicáveis.

As outorgas realizadas no âmbito do Segundo Programa observam o limite máximo correspondente a 10% do total de ações ordinárias do capital social subscrito e integralizado da Companhia, conforme alterado de tempos em tempos, considerando-se, para fins desse cálculo, o somatório de todas as opções de compra de ações outorgadas ou passíveis de outorga no âmbito de quaisquer planos e programas atualmente existentes e vigentes na Companhia.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“*constructive obligation*”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

17.4 Debêntures conversíveis

A Companhia emitiu debêntures mandatoriamente conversíveis em ações com as seguintes características:

	7ª emissão
Data de emissão	26 de agosto de 2024
Quantidade	131.598.000
Valor unitário	1.000
Total emitido – R\$	131.598
Primeira série – R\$	N/A
Integralização	N/A
Segunda série – R\$	111.005
Integralização	Conversão de créditos detidos anteriormente
Remuneração	
Vencimento	28 de fevereiro de 2036

Em 4 de maio de 2026, a Companhia divulgou uma comunicação ao mercado referente a assembleia de debenturistas realizada em 28 de abril de 2026, que aprovou a repactuação da 7ª emissão 1ª série de debêntures da Companhia, nos seguintes termos:

- Definição do saldo devedor em R\$ 24.229 em março de 2026;
- Carência dos pagamentos de juros e da amortização de valor principal até fevereiro de 2031, com pagamentos de juros trimestrais até o vencimento; e
- Vencimento do valor principal repactuado para fevereiro de 2036.

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Quantidade	Debêntures – R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2026	522.113.694	869.628
Conversão em 30 de janeiro de 2026	(5.678.111.214)	(393.320)
Conversão em 3 de fevereiro de 2026	(697.414)	(122.745)
Conversão em 23 de fevereiro de 2026	(39.354)	(8.658)
Conversão em 5 de março de 2026	(549.165.590)	(32.950)
Conversão em 25 de março de 2026	(7.035.356)	(422)
Atualização monetária debêntures conversíveis	-	6.457
Saldo em 30 de junho de 2026	(5.712.935.234)	317.990

- O saldo final da movimentação contempla os montantes de R\$ 11.073 referente às debêntures conversíveis apresentadas na nota explicativa 11 “Empréstimos, financiamentos e debêntures” acrescido de R\$ 306.917 no patrimônio líquido referente aos instrumentos patrimoniais conversíveis em ações.

17.5 Resultado por ação

	Prejuízo básico	
	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(84.337)	(38.650)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação – em milhares	6.370.489	5.031
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação – em R\$	(0,0132)	(7,6824)

	Prejuízo diluído	
	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(84.337)	(38.650)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação – em milhares	6.370.489	5.031
Prejuízo diluído por ação – em R\$	(0,0132)	(7,6824)

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Operação logística e transporte	14.985	20.473	303.794	355.115
Impostos incidentes	(1.888)	(2.836)	(38.264)	(43.945)
	13.097	17.637	265.530	311.170

19. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Gastos com:				
Gerais e administrativas (a)	(6.739)	(29.121)	(23.255)	(56.172)
Depreciação e amortização	(11.113)	(12.904)	(32.792)	(50.480)
Pessoal	(2.043)	(13.791)	(45.744)	(69.225)
Distribuição e transporte (b)	(5.239)	(17.482)	(195.372)	(232.060)
Comercial	(16.822)	(799)	(20.287)	(21.015)
Serviços de terceiros	(284)	(1.338)	(3.068)	(4.359)
Amortização – direito de uso	(831)	(6.118)	(4.473)	(11.919)
Haircut de fornecedores – Plano de RE (c)	-	87.841	-	87.841
Reversão/(provisão) para perdas de crédito esperadas	10.318	(168)	6.662	3.711
Reversão/(provisão) para demandas judiciais	(11.613)	(150)	(8.135)	(17.186)
Outras	(170)	(408)	(2.325)	(408)
	(44.536)	5.562	(328.789)	(371.272)
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(9.794)	(35.126)	(230.918)	(291.263)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(34.742)	40.688	(97.871)	(80.009)
	(44.536)	5.562	(328.789)	(371.272)

- (a) Refere-se a gastos com manutenção em centros administrativos, licenciamento de softwares de gestão, locação de computadores, seguros administrativos, serviços de comunicação e demais gastos de gestão.
- (b) Refere-se a gastos com contratação de serviços de fretes de terceiros, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transporte, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração nos centros de distribuição.
- (c) Este valor refere-se ao desconto obtido junto aos fornecedores, que aderiram o plano de recuperação extrajudicial.

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Ganho na liquidação de fornecedores em ações	5.171	-	5.171	-
Baixa de contratos de arrendamento	2.178	22.995	6.763	29.371
Receita com venda de sucata	28	2.005	690	2.749
Resultado da transação – PGFN (a)	(693)	1.432	(1.761)	93.770
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	-	14.812	-
Outros	1.135	(12.477)	5.063	(11.876)
	7.819	13.955	30.738	114.014

Em 22 de abril de 2026, a Companhia concluiu com a alienação de determinados ativos operacionais ao Mercado Livre, pelo valor total de aproximadamente R\$ 37.500 (USD 7.500.000). O valor residual contábil dos ativos objeto da transação em 30 de junho de 2026 era de R\$ 22.957.

21. Receitas e despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(556)	(61.653)	(18.273)	(70.246)
Atualização financeira das debêntures	(1.087)	-	(21.238)	-
Juros sobre atualização tributária e outros passivos	(186)	(3.609)	(1.685)	(5.379)
Juros sobre contas a pagar por aquisição de investimentos	-	(194)	(1.385)	(2.995)
Juros sobre passivo de arrendamento	(121)	(2.843)	(1.054)	(4.975)
AVP do saldo de fornecedores - RE (a)	(5.927)	65.754	(5.927)	65.754
Outras receitas (despesas) financeiras	63	(7.247)	(6.421)	(20.155)
	(7.814)	(9.792)	(55.983)	(37.996)

(a) Valor refere-se ao ajuste a valor presente de fornecedores em função do plano de recuperação extrajudicial.

22. Imposto de renda e contribuição social

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	383.169	468.004	638.815	832.114
Provisão para demandas judiciais	14.888	22.776	29.701	64.543
Provisão para perdas no valor recuperável do contas a receber	2.746	6.948	5.937	14.302
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	324	1.630	1.558	474
Diferenças Temporárias – Ágio fiscal	(30.134)	(30.134)	(119.895)	(111.097)
Passivo de arrendamento	(369)	1.539	(4.123)	14.282
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa – acordo PGFN	(3.461)	(87.300)	(4.167)	(222.512)
Adição (reversão) de ativo diferido	3.461	(87.751)	4.167	(21.783)
Imposto de renda diferido não reconhecido	(370.624)	(295.712)	(551.993)	(570.323)
Ativo diferido	-	-	-	-

A movimentação dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	-	204.173	-	244.295
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	(3.461)	(81.181)	(4.167)	(21.783)
Diferenças temporárias	-	2.759	-	-
Movimentações patrimoniais:				
Utilização PGFN	3.461	(87.300)	4.167	(222.512)
Baixa	-	(38.451)	-	-
	-	(204.173)	-	(244.295)
Saldo final	-	-	-	-

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes dos impostos	(87.798)	51.856	(88.504)	15.500
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	29.851	(17.631)	30.091	(5.270)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(19.164)	(8.326)	-	141
Plano de pagamento baseado em ações	(1.146)	(153)	(1.146)	(153)
Provisões para perdas	11.054	3.911	9.761	150
Ágio	-	5.589	(8.798)	14.386
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	(2.465)	(37.110)	(28.296)	(80.987)
Outras diferenças permanentes/temporárias	(14.669)	(36.786)	2.555	35.995
Efeito no resultado	3.461	(90.506)	4.167	(35.738)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.461	(90.506)	4.167	(35.738)
Taxa efetiva	3,94%	-174,5%	4,71%	-230,6%

23. Transações com partes relacionadas

Transações comerciais

A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios representadas por compra e venda de serviços contratadas a taxas acordadas entre as partes envolvidas, levando-se em consideração a redução de risco de perdas. Transações com controladas, quando aplicável, são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial.

Durante os meses de agosto e setembro de 2025, foram aprovadas a 9ª, 10ª e 11ª emissões privadas de debêntures, no montante total de R\$ 30.000. A 9ª emissão foi subscrita na sua integralidade pelo Fundo de Investimento gerido pela JiveMauá. As 10ª e 11ª emissões foram subscritas na sua integralidade pelo JIF Créditos – Fundo de Investimento sob a gestão da Jive High Yield Gestão de Recursos Ltda. Os prazos de vigência expirarão em 30 de junho de 2027 para todas as emissões. O montante atualizado até 30 de junho de 2026 totaliza R\$ 38.913.

Em 23 de outubro e 28 de novembro de 2025 foram aprovadas, respectivamente, a 12ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 15.000, sendo que o montante atualizado até 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 16.076 e a 13ª emissão de debêntures da Sequoia com valor mínimo de R\$ 250.000 e máximo de R\$ 640.000.

Em 30 de junho de 2026, há um montante de R\$ 19.798 no capital de giro referente a dívida da controlada ILGJ com a JiveMauá.

Quadro resumo das transações com partes relacionadas

	Controladora – Ativo	
	30/06/2026	31/12/2025
Transportadora Americana	14.106	13.611
Flash	98.901	46.652
ILGJ	109.367	97.639
Carriers	8.600	5.343
	230.974	163.245

	Controladora – Passivo	
	30/06/2026	31/12/2025
Transportadora Americana	(96.599)	(99.821)
Flash	(26.923)	(46.182)
ILGJ	(33.252)	(26.049)
Carriers	(43.136)	(8.824)
	(199.910)	(180.876)

Compartilhamento de despesas

A Companhia possui acordo com as controladas visando o compartilhando de certas despesas. Essas transações são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

	Controladora - Ativo	
	30/06/2026	31/12/2025
Transportadora Americana	14.106	13.611
Flash	70.489	20.312
ILGJ	11.293	-
Carriers	2.948	-
	98.836	33.923

	Controladora - Passivo	
	30/06/2026	31/12/2025
Transportadora Americana	(9.638)	(9.638)
	(9.638)	(9.638)

Transações financeiras

A Companhia possui conta corrente intragrupo, além de transações com a parte relacionada ILGJ, conforme a seguir:

	Controladora – Ativo	
	30/06/2026	31/12/2025
ILGJ	93.830	93.830
	93.830	93.830

	Controladora – Passivo	
	30/06/2026	31/12/2025
Transportadora Americana	(86.961)	(90.183)
Flash	(26.923)	(46.182)
ILGJ	(33.252)	(26.049)
Carriers	(43.136)	(8.824)
	(190.272)	(171.238)

Transações de parcelamento PGFN

A Companhia possui saldo receber decorrente de transferência de prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda para pagamento junto a PGFN entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, conforme a seguir:

	Controladora – Ativo	
	30/06/2026	31/12/2025
Flash	28.412	26.340
Carriers	5.652	5.343
ILGJ	4.244	3.809
	38.308	35.492

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração direta	1.250	2.450
Plano de pagamento baseado em ações e benefícios	-	797

A remuneração do pessoal-chave da Administração é atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros da administração.

24. Cobertura de seguros (não revisado)

Descrição da cobertura	Cobertura em R\$ (000)
Incêndio, raio, explosão ou implosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo ou fumaça, desmoronamento, movimentação interna e alagamento ou inundação	165.439
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, engenhos aéreos ou espaciais	18.000
Responsabilidade civil	93.200
Roubo de bens, mercadorias ou valores	5.000
Perda ou pagamento de aluguel	5.000
Derrame ou vazamento de chuveiros auto (<i>sprinklers</i>), hidrantes, tanques e tubulações	4.000
Remoção de entulho	3.000
Danos morais, danos materiais ou corporais (acidente de veículos)	1.563
Equipamentos estacionários, móveis e eletrônicos	2.250
Danos elétricos	1.000
Quebra de vidros e anúncios luminosos	200
Tumulto, greve ou <i>lock-out</i>	100
Recomposição de registros ou documentos	50

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Transações que não afetam caixa

As seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Aumento de capital – debêntures conversíveis	558.095	150.015	558.095	150.015
Aumento de capital com conversão dívida	5.185	58.691	5.185	58.691
Aumento de capital com plano de pagamento em ações	3.371	-	3.371	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	7.737	-	7.737

26. Eventos subsequentes

a) Repactuação de dívidas

Em 20 de julho de 2026, a Companhia concluiu a 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em duas séries, no valor total de R\$ 84.319, com vencimento em 20 de setembro de 2029. A totalidade das debêntures das 1ª e 2ª séries foi subscrita por fundos de investimento sob gestão da JiveMauá, parte relacionada e controladora da Companhia, conforme divulgado nas Notas 11 e 23.

A emissão foi integralmente liquidada sem desembolso financeiro, mediante (i) capitalização de créditos detidos pela JiveMauá contra a controlada ILGJ, no montante de R\$ 19.873, e (ii) substituição de debêntures das 5ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª emissões, no montante de R\$ 64.446, resultando na consolidação dessas operações em instrumento único e na repactuação de seus prazos e condições, com alongamento dos vencimentos, anteriormente compreendidos entre 2026 e 2027, para setembro de 2029, bem como eliminando todos os *covenants* financeiros e não financeiros existentes nessas emissões anteriores.

Por não envolver movimentação de caixa, a operação será apresentada como transação que não afeta caixa a partir do terceiro trimestre de 2026, conforme critério adotado na Nota 25. Tratando-se de evento subsequente que não requer ajuste, os saldos das emissões substituídas permanecem registrados nestas informações contábeis intermediárias conforme as condições vigentes em 30 de junho de 2026, observado que o alongamento dos vencimentos produzirá efeito na classificação entre passivo circulante e não circulante a partir daquele trimestre.
